

# Os projetos de participação popular como recursos sociais de legitimação no campo político: o governo Olívio Dutra e a oposição no parlamento estadual

Rafael Saraiva Lapuente\*

## Resumo

O objetivo deste texto é analisar como as bancadas oposicionista e situacionista na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul procuraram legitimar suas posições por meio dos projetos de 'participação popular', como o Fórum Democrático e o Orçamento Participativo. O caso em questão chama a atenção para as alterações de alíquotas do ICMS e criação da Universidade Estadual, temas que não eram, a rigor, prioritários nos programas de participação popular, mostrando a força legitimadora destes projetos para os deputados estaduais no mundo social.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Fórum Democrático; Assembleia Legislativa.

## Abstract

The purpose of this is to analyze how the opposition and situational groups in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul sought to legitimize their positions through 'popular participation' projects, such as the Democratic Forum and the Participatory Budget. The case in question calls attention to changes in ICMS rates and the creation of the State University, themes that were not, strictly speaking, priorities in popular participation programs, showing a legitimizing force that executes projects for state deputies in the social world.

Keywords: Participatory Budget; Democratic Forum; Legislative Assembly.

\* Doutorando em História pela PUCRS. E-mail: rafael.lapuente@acad.pucrs.br.

## Introdução

Por meio deste artigo, o objetivo é situar o leitor a respeito das disputas entre os agentes políticos legitimados por meio de um mandato parlamentar na luta política profissional. Essa disputa ocorreu sob diversas formas ao longo do governo Olívio Dutra. Porém, nosso foco aqui é procurar entender como ocorreu a disputa dos parlamentares governistas e situacionistas em torno de dois projetos distintos de participação popular: o Orçamento Participativo, apoiado pelo Executivo, e o Fórum Democrático, ancorado pelos deputados da oposição. Ambos legitimavam posições distintas no campo político em relação à formação da peça orçamentária. A força simbólica disso foi tamanha que, em dois momentos, os programas foram usados para outras lutas simbólicas, não mais vinculadas à peça orçamentária: a mudança da Matriz Tributária e a formação da UERGS. Nosso objetivo, nesse sentido, é procurar analisar como os parlamentares procuraram legitimar suas posições no campo político regional em relação a esses dois projetos. Além disso, procurar mostrar de que forma os mecanismos de ‘participação popular’ foram utilizados para isso.

Os projetos de ‘participação popular’ foram exaustivamente debatidos durante o período em que a peça orçamentária era organizada no final de cada ano. Não poderia ser diferente: tanto o Orçamento Participativo, como o Fórum Democrático<sup>1</sup>, surgiram visando formar uma previsão orçamentária representada, no mundo social, como “democrática” em razão dos mecanismos de participação direta. Assim, o Executivo petista elaborava a peça orçamentária, dizendo que ela havia sido construída graças à “participação popular” do Orçamento Participativo.

Como tinha minoria no Legislativo rio-grandense, usava deste instrumento para impedir alterações no documento por meio de emendas parlamentares, mobilizando não apenas militantes profissionais, mas também benévolos que alegavam não serem favoráveis à qualquer alteração. Por meio do Fórum Democrático, órgão criado em 1999 pelo Legislativo gaúcho, agentes políticos investidos de mandato parlamentar também organizavam plenárias. Por meio delas, justificavam que a peça orçamentária poderia ser modificada graças ao apelo ‘popular’.

Os projetos de “participação popular”, vistos e reconhecidos como legítimos e gozando de relativo prestígio, transpassaram a questão orçamentária. Eles foram usados em dois momentos para legitimar posições parlamentares, isto é, seja para endossar uma determinação tomada de posição ou participar de uma política pública. Assim, os agentes opositoristas

---

<sup>1</sup> Ambos funcionavam por meio de assembleias regionais, convocando a população a opinar a respeito da peça orçamentária. Ali, se definiam as prioridades para o orçamento no ano seguinte. No caso aqui em questão, a metodologia não mudou, mas a finalidade sim: isto é, utilizar as assembleias para definir se a matriz tributária deveria ser alterada em um caso e, em outro, se a criação da UERGS era pertinente.

legitimavam suas posições díspares no campo político com a justificativa no mundo social de que falavam não em nome de si, mas do ‘povo’.

Como esse processo ocorreu em relação aos projetos de lei propostos pelo Executivo? Em dois momentos, governo e oposição mobilizaram o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático para legitimar suas respectivas posições evocando a posição do ‘povo’ em relação a eles para além do orçamento: na votação do que o governo chamou de *redefinição da Matriz Tributária*<sup>2</sup> – chamada pela oposição como *aumento de impostos*, evidenciando a disputa simbólica inclusive na denominação do projeto – e na implantação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Esta não é uma abordagem bibliográfica ‘exclusiva’. Cláudia Feres Faria estudou o funcionamento do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul e dedicou parte do trabalho para estudar a reação das bancadas do Legislativo frente aos projetos de alteração da Matriz Tributária e da Universidade Estadual (FARIA, 2006). Retomamos o tema por ser possível entender de que forma isso ocorria no contexto dos projetos de participação popular. Só constatar que a disputa ocorreu, em nosso entendimento, é insuficiente: é preciso compreender como os deputados se apropriaram destes projetos no campo de disputas, e quais estratégias foram adotadas para que conseguissem impor a posição mais legítima a seu respeito, usando como premissa o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático. Assim, abordaremos o projeto da Matriz Tributária e da Universidade Estadual.

Para entender como ocorreu essa disputa entre agentes do campo político rio-grandense no parlamento estadual, e de que maneira ocorreu a luta por capital na arena de lutas, utilizaremos o aporte teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Assim, para Pierre Bourdieu o campo político é um microcosmo social relativamente autônomo, com sua própria lei, princípio e regra de funcionamento dentro do *macro* mundo social, e surge da forma como ele resenha em sua obra a partir do século XIX (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2011; BOURDIEU; CHARTIER, 2011). Segundo Bourdieu (2001), quem pretende se tornar um agente na política deve operar uma “conversão” para se adequar às regras próprias do campo, mesmo que esta aconteça gradualmente de forma inconsciente. Caso isso não seja possível, a atuação do agente político fica sob risco de exclusão ou fracasso. Dentre os fatores necessários para ingressar nesse microcosmo, é preciso obter um relativo grau de educação, acúmulo de capital político e tempo livre para poder se mostrar como porta voz de grupo/grupos. Segundo Patrick Champagne (1996), “discípulo” de Pierre Bourdieu, essa condição no campo político se acentua pelo fato de o grande público não ter interesse pela política. Assim, o público em geral – os “profanos”, que ocupam uma posição de dominados – vira espectador do processo. Essa condição facilita não só o monopólio dos profissionais “internos” da política, mas também contribui para que agentes

---

<sup>2</sup> Optamos por chamar, neste trabalho, o projeto de Redefinição da Matriz Tributária. Não só porque o executivo, que foi quem o criou, ter denominado assim, mas porque o projeto previa aumento de impostos para alguns setores em contrapartida à redução de outros. Por isso a nomenclatura parece ser mais adequada.

“externos” possam construir sua legitimidade: jornalistas, cientistas políticos, analistas etc, que participam influenciando no jogo político. Ao público dominado, como forma de protesto ao desapossamento, lhe cabe apenas ações abstencionistas, como o apolitismo, antiparlamentarismo etc, para contestar o monopólio político por parte dos profissionais.

Na lógica de acumulação de capital, o campo político é formado por um estado de forças e lutas entre agentes que usam suas armas para conflitar entre si. As armas que estes agentes utilizam são o seu capital simbólico, conquistado por meio de notoriedade e crédito, mas que nunca é definitivo: ele pode atingir ápices e desmoronar em proporções muito dinâmicas. O capital simbólico dos agentes de qualquer campo é provisório. Mas no caso do político essa provisoriade é maior, por ser ele suscetível a escândalos que podem afetar a relação de confiança entre dominados e grupos com os agentes que fazem parte dos seus recursos sociais.

Nessa luta pela representação<sup>3</sup> do mundo social disputada pelo “jogo político”, a maior parte das pessoas está excluída por não preencherem as condições de acesso. Mas, embora o campo político tenda a aumentar o próprio fechamento, ele jamais pode ser totalmente independente, já que possui uma relação de vinculação indissociável com a sua clientela e os leigos externos ao campo.

Em síntese, é nele onde se concorre pelo poder de falar e agir em nome das pessoas que estão excluídas do campo político. E nessa disputa que se constituem as lutas para transformar ou conservar as relações de força dentro do campo. Em meio a essas disputas levadas a cabo pelos agentes políticos, é importante destacar que o capital possuído por seus agentes não depende somente deles. Estará vinculado, primeiramente, ao peso de seu partido e também da posição do agente dentro do grupo.

Luta-se para impor uma vontade, uma visão de mundo, os interesses de uns sobre os outros. Luta-se enfim para se poder ter poder dentro do campo. E, por paradoxal que possa parecer, só se luta porque já se tem poder. Quem não tem nenhum poder, nenhum capital dentro do campo não tem interesses irreduzíveis e, portanto, não tem nem razão, nem cacife para pertencer a um campo. Por mais destituído de poder que possa parecer um agente no interior do campo, ainda assim o analista deve se perguntar por que ele é admitido no campo, porque ele ali permanece (PINTO, 1997, p. 222-223)

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão do cidadão é, também, para manter ou subverter a distribuição de poder do Estado. Os agentes que instituem essa disputa, os partidos políticos, são para Bourdieu (2001, p. 178) organizações de combate ordenadas para conduzirem o que chama de “forma sublimada de guerra civil”. O poder conquistado pelas microcosmos é proporcional à mobilização que elas conseguem. Por isso que,

---

<sup>3</sup> O conceito de representação é fundamental para compreendermos a luta política. O trabalho de manipulação simbólica é uma luta conduzida por agentes especialistas em representação (sindicalistas, jornalistas, políticos, intelectuais etc). Eles competem entre si pelo controle das operações sociais de nomeação. As representações são imagens mentais que os indivíduos possuem do real, visto e reconhecido por seus pares. As representações, no campo político, estão sempre em disputa por seus agentes, e seu grau de eficácia varia conforme o capital acumulado e sua posição no campo. Cf. BOURDIEU, 1989; WACQUANT, 2013.

nessa lógica concorrencial, o autor destaca que se deve levar em conta que os partidos só possuem “existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”, tendendo a organizar-se em dois polos -‘direita x esquerda’, ‘progressistas x conservadores’ etc. Assim, mobilizam grupos que acabam dando suporte para as ideias-força defendidas pelos partidos.

Segundo Michel Offerlé (1991), partidos organizam-se como Estados: dotados da personalidade moral, são capazes de agir, de falar, de pensar, e o resultado dessas ações é imputado a uma entidade. Como os Estados, eles têm limites legalmente definidos e, portanto, são objetos prontos para uso. Além disso, seus limites de atuação são reduzidos pelo estado. Como ele, tem sua constituição (estatutos) e órgãos centrais: Executivo (secretaria, gabinete) e Legislativo (comitê), que primeiro tomam decisões (posições, programas); possui órgãos descentralizados (federações mais ou menos autônomas), tem um território localizável no espaço político (esquerda, centro, direita), dirige uma população - livremente constituída (adeptos e eleitores) - mantém relações com seu ambiente (relações entre sindicatos) e realiza missões (funções renomeadas). Offerlé defende, nesse sentido, que um partido é principalmente uma empresa representativa que participa de competições políticas (cujas formas legítimas são historicamente variáveis) e reivindica com seus concorrentes o monopólio do direito de falar em nome dos leigos. A ideia de empresa política envolve à ideia de mercado político. É, portanto, um tipo especial de relacionamento em que um ou mais agentes investem capital para coletar lucros políticos produzindo bens políticos. Pode ser apresentado de forma individual ou coletiva, temporário ou permanente, os efeitos podem ser identificados em mercados políticos locais diferenciados ou em um mercado político nacional unificado (onde os bens propostos tendem a se tornar homogêneos). Um partido não é uma coisa, mas deve ser analisado como um campo de forças, isto é, como uma série de enunciados orientados a objetos, vinculados a todos os que entram no campo. Em síntese, é um espaço de concorrência objetiva entre agentes tão dispostos a lutar pela definição legítima do partido e pelo direito de falar em nome da entidade.

Nessa lógica, cuja força da mobilização é fundamental, a palavra polissêmica e imprecisa de ‘povo’ e seus derivados possuem importante peso no campo político. Optamos por citar *ipsis literis* a passagem de Pierre Bourdieu (2004, p. 184):

É no campo político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável, e a história das lutas no interior dos partidos progressistas e dos sindicatos operários testemunha a eficácia simbólica do obreirismo: essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva, e, ao mesmo tempo, que instaurem como norma universal os modos de pensamento e expressão que lhes foram impostos por condições de aquisição pouco favoráveis ao refinamento intelectual; mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz.

O uso deste termo, no campo político, tende a ser abstrato, e falar em nome do povo é sempre arbitrário e impreciso. Nesse sentido, o uso do termo e derivados está vinculado com a lógica da delegação, através da qual uma pessoa ou grupo transfere poderes para outra por meio de uma espécie de 'procuração'. O plenipotenciário é uma pessoa que possui um mandato para representar como porta-voz esses interesses. Em síntese, ele representa um grupo, mas também faz com que ele exista: o grupo só se faz entender, falar e ser ouvido, se ele se despossuir em favor de um porta-voz. Essa lógica é ainda mais forte se o grupo não possui capital cultural, quando essa dependência aumenta (BOURDIEU, 2004). Ou seja, fica claro que, na concepção bourdiana, os dominantes existem sempre, e os dominados precisam se *fazer existir* – muitas vezes, sendo obrigados a aderir a essa relação de dependência para tal.

A imprensa será uma importante fonte de pesquisa para perceber a relação entre os dois campos, em função da influência do jornalístico no político e dos efeitos que as manifestações do primeiro causam no segundo. Os jornalistas não são meros espectadores do político. São agentes ativos, que produzem efeitos naquele campo. Eles podem alterar o estado do campo político, disputando a condição de porta voz autorizado do corpo social nele.

Essa condição, inclusive, será fruto de conflitos entre os agentes. Conforme Patrick Champagne, essa dependência se agrava ainda mais na medida em que o jornalismo televisivo se firma e, junto a ele, ganham legitimidade os institutos de sondagens, que pesam o alcance dos agentes no campo político entre os profanos. Isso com reportagens e manchetes de destaque pressionando os detentores do poder estatal, atreladas ao contexto de massificação da imprensa, estes veículos conseguiram se autonomizar dos tradicionais agentes do campo político. Obtendo, assim, legitimidade frente ao campo político e dele participar.

Essas intervenções ocorrem por meio de "informações" políticas, pesquisas de opinião, fiscalizações e com outras ferramentas que embasam sua disputa de "porta-voz" do "povo" com o político, impondo-se à lógica de apegamento à delegação por sufrágio como única forma de falar e agir em nome dos profanos. Este capital delegado por meio da investidura de um mandato legitimado pelo Estado já não era suficiente para os agentes do campo político, que possuíam forma instantânea e permanente de pressão. Por outro lado, usando-se de uma retroalimentação constante, os próprios agentes do campo político – sejam órgãos, sindicatos, governos ou parlamentares etc - reconheceram a legitimidade destes órgãos. E procuram, por meio deles, construir seu capital, sua legitimidade e uma relação aproximada com os "profanos", público atingido maciçamente pela imprensa, deslocando para este meio parte da luta política.

Assim, se faz relevante compreender também que a Assembleia Legislativa é um espaço onde o discurso proferido está marcado por uma série de práticas de funcionamento que são também ritos de instituição. O funcionamento do parlamento ocorre com a execução de condições litúrgicas, como "ordem do dia", "apartes", divisões de bancadas, distribuição de tempo de fala, modos de tratamento diferenciados entre adversários -, como a obrigatoriedade da referência a "Vossa Excelência" entre outras atividades ritualizadas -, que são formas de

distinção daquele espaço e de obtenção e ratificação da legitimidade da Assembleia Legislativa e de seus deputados.

### **A Matriz Tributária**

A alteração da Matriz Tributária visava modificar a estrutura da cobrança de impostos no Rio Grande do Sul, especialmente o Imposto sobre Consumo, Mercadorias e Serviços (ICMS), um dos mais importantes para o caixa do governo estadual. Essa proposta se enquadrava naquilo do que Ronaldo Herlein Jr. e Carlos Schmidt (2002, p. 276) chamaram de um “projeto de desenvolvimento que vem se esboçando sob o Governo Olívio Dutra” que enfrentava “dificuldades, práticas e ideológicas, para estabelecer uma diretriz de expansão capitalista para a economia regional no atual contexto da economia global”. Entre os pontos de dificuldade estavam não só os problemas do governo estadual em gerir as finanças públicas – compreendendo o pagamento da dívida pública estadual, as reivindicações do funcionalismo por reajustes salariais, a necessidade de reduzir os gastos de pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a opção ideológica de não privatizar como forma de angariar fundos -, mas também pelo diálogo conflituoso com o parlamento.

A questão da Matriz Tributária teve diferentes episódios e fases, sendo um tema que permeou todo o governo. Especialmente porque ele não conseguiu obter maioria e, apesar das estratégias diferentes adotadas pelo Executivo, nenhuma delas trouxe o efeito esperado de fazer a matéria ser aprovada no parlamento regional. Além disso, o Executivo alegava que o ingresso do estado na guerra fiscal pelo governo Antônio Britto teve como consequência “uma queda na participação do ICMS do Rio Grande do Sul no total arrecadado com este tributo no país, de 8,3% em 1994 para 6,9% em 1998” (MACHADO, 2003, p. 71).

É importante ressaltar que o Orçamento Participativo foi utilizado pelo Palácio Piratini para pressionar o Legislativo, o que nem sempre ocorreu quando a questão da Matriz Tributária esteve em discussão. Aprovar uma matéria que previa aumentar impostos foi difícil ao Executivo, haja vista que esse tipo de proposição costuma levar a uma perda de capital político por quem propõe e apoia. A rejeição que este tipo de matéria costuma ter entre os campos que atuam como forma de pressão ao político – como o jornalístico e o econômico – é grande. E que acabam, também, por mobilizar a contrariedade por parte dos profanos. A primeira tentativa de aprovar a alteração da Matriz Tributária ocorreu em dezembro de 1999. O projeto previa o aumento “das alíquotas do ICMS de produtos considerados supérfluos, como bebidas, cigarros, energia elétrica, combustíveis e telecomunicações”. O governo, para isso, procurou articular o apoio de agentes dispostos a negociar – que vinham desde o PMDB e o PPB até os governistas do PSB e do PDT, pressionando a numerosa bancada do PTB. Como contraponto e forma de procurar mobilizar recursos externos como forma de pressão aos deputados da oposição, o governo vinculava ceder reajuste salarial aos servidores à aprovação da alteração das alíquotas. O projeto, enviado na última dezena do ano, foi votado sob convocação extraordinária da

Assembleia pelo governo, evidenciando o esforço feito pelo Executivo em favor de sua aprovação (CORREIO DO POVO, 12, 13, 14, 16, 18, 23 e 28 de dezembro de 1999. Arquivo CP).

O projeto foi elogiado por agentes políticos com relevância no cenário nacional, como Leonel Brizola e o presidente Fernando Henrique Cardoso – que era sustentado em nível federal por muitos dos partidos que eram oposição no Rio Grande do Sul. Mas, considerando o contexto político gaúcho, muitos agentes articularam para pressionar a oposição a obstruir o projeto do Executivo. Tanto daqueles vinculados ao setor empresarial, como a FIERGS, até entidades que tradicionalmente eram recursos vinculados ao PT, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Centro dos Professores do Estado (CPERS), que “repudiava os índices e a política de abono salarial prevista no pacote” - este último era o maior sindicato do Rio Grande do Sul e sua ex-presidente ocupava a secretaria da educação de Olívio Dutra (CORREIO DO POVO, 17, 21 e 23 de dezembro de 2001. Arquivo CP). De acordo com Gunter Axt (2000, p. 18), “o principal desgosto dos sindicatos dizia respeito ao fato de terem sido excluídos do processo de preparação do pacote no Palácio Piratini, afinal sentiam-se até então parte do governo”.

Com uma oposição coesa em votar contra a proposta do governo e um bloco situacionista fissurado em sua própria base, o principal projeto de alteração da estrutura tributária do estado foi rejeitado por 39 votos a 14. Além de nenhum parlamentar da oposição ter votado a favor, cinco deputados da base não acompanharam o governo. Os deputados situacionistas o fizeram porque o governo teria dito ser possível arrecadar 200 milhões de reais. Mas, segundo estes parlamentares, o reajuste traria um aumento de 500 milhões (CORREIO DO POVO, 29 de Dezembro de 1999. Arquivo CP). Ou seja, quase o triplo. Entre os deputados da base contrários ao projeto, quatro dos sete eram do PDT, ainda que Brizola tenha sido a favor, figura de maior capital político incorporado do microcosmo.

Nota-se que o governo se encontrava em uma situação bastante complicada para aprovar a matéria. E, a julgar pela tentativa recorrente em aprova-la, era ela de bastante importância para o Executivo, mesmo sendo negativa para o capital político do governo do estado. Com esta conjuntura adversa, o Executivo passou a avaliar o uso do Orçamento Participativo como forma de pressionar os deputados e reverter votos contrários ao projeto, retomando, em 2000, essa discussão. Por isso, se passou a construir uma segunda proposta de alteração da estrutura do ICMS, apresentada em meados de agosto de 2000, em conjunto com o Conselho do Orçamento Participativo, inserido no contexto das eleições municipais. Os debates a respeito do projeto, naquele momento, estenderam-se de agosto a novembro, pouco antes da votação da peça orçamentária abordada anteriormente.

O Executivo estadual fez modificações nessa segunda fase. Primeiro, porque procurou utilizar outros recursos disponíveis como forma de pressão aos agentes profissionais investidos de mandato na Assembleia Legislativa, mobilizando agentes externos em grupos de pressão para conseguir angariar votos da oposição, somando-se a tentativa de convencimento, como já tinha feito quando o projeto foi rejeitado em 1999. Uma das formas de aumentar o número de agentes mobilizados na pressão parlamentar foi realizar modificações no projeto, contemplando



o aumento na arrecadação dos municípios, mobilizando os prefeitos do interior, e na diminuição da taxa de ICMS para alguns setores, segundo a lógica de “quem tem mais pagará mais impostos e quem tem menos pagará menos” (CORREIO DO POVO, 02 de Novembro de 2000. Arquivo CP), conforme declarou Ubiratan de Souza, secretário extraordinário do OP.

Também procurou a imediata mobilização de setores do movimento social alinhados com o governo para apoiar o projeto – como o MST e, principalmente, o Orçamento Participativo -, e da Comissão de Finanças e Planejamento da Assembleia Legislativa, que era presidida pelo deputado estadual Paulo Pimenta (PT). A investida vinha em um contexto de diminuição do número de deputados aliados, ponderando a saída do PDT naquele ano e de Bernardo de Souza – este último por não apoiar o projeto de mudança nas alíquotas de ICMS.

Essas mudanças, que visavam aumentar o número de agentes que dariam apoio a essa proposta também com setores do funcionalismo público, objetivava transformar o projeto em uma ideia-força mobilizadora, ao invés de uma agenda negativa que trazia perda de capital político ao Executivo. Elvino Bohn Gass (PT) vinculava a alteração na cobrança das alíquotas como condição indispensável para reajustar a remuneração dos funcionários estaduais:

Esse debate de constituirmos uma matriz salarial, junto com a matriz tributária, mantendo os investimentos do Estado do Rio Grande do Sul – proposta essa que já foi apresentada no ano passado e que infelizmente não foi aprovada pela oposição nesta Casa –, está sendo feito hoje com a sociedade, por meio do Orçamento Participativo, da discussão com as categorias (Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 06.06.2000. *Anais da ALERGS*)<sup>4</sup>

Quando o projeto veio à discussão, o governo voltava a argumentar que era a síntese do que a população pleiteava. Isso fica claro em declaração de Ubiratan de Souza:

A diferença em relação ao projeto rejeitado é que o processo passou pelo debate popular. A previsão orçamentária com a inclusão da nova matriz tributária foi avaliada por todos os municípios gaúchos e aprovada nas 22 reuniões regionais de delegados. Depois de tomar conhecimento do projeto, os membros do Conselho Estadual poderão fazer encaminhamentos, ajustando as propostas (Correio do Povo, 02 de novembro de 2000. Arquivo CP)

A oposição, articulada para rejeitar a alteração das alíquotas, rebateu a tentativa de associar o projeto a um anseio popular, estabelecendo rodadas do Fórum Democrático para discuti-lo (Correio do Povo, 22 de novembro de 2000. Arquivo CP) Se o governo legitimava a alteração na alíquota, mencionando ter sido esta construída por meio da participação popular, a oposição parlamentar procurou estabelecer uma maneira de rebater com a mesma lógica. Com

---

<sup>4</sup> Assim como ele, Jussara Cony (PCdoB) pleiteava a participação da Assembleia Legislativa: “Urge essa construção no processo da dinamização da discussão do orçamento, não só do Orçamento Participativo, mas também do dessa (*sic*) Assembléia Legislativa, por meio do Fórum Democrático. Vamos discutir no Fórum Democrático a matriz salarial ligada ao debate da matriz tributária”. (Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 06.06.2000. *Anais da ALERGS*).

isso, visavam evitar que os governistas contrapusessem a oposição, dizendo que ela votava contra uma decisão da 'participação direta'. Foram duas as estratégias adotadas pelos governistas: procuraram estabelecer encontros paralelos encabeçados por Paulo Pimenta na Comissão de Finanças e Planejamento, e ocupar o espaço do Fórum Democrático, procurando reverter a intenção da oposição de encontrar uma posição contrária ao projeto de lei. Nesse ponto, como forma de manter a maioria, a oposição, que controlava os recursos do Fórum, restringiu a participação em suas assembleias, distribuindo senhas proporcionais ao tamanho das bancadas (Correio do Povo, 02 de novembro de 2000. Arquivo CP). Ou seja, os deputados governistas, que eram minoritários, teriam menos senhas, obstruindo a mobilização governista para ocupar o Fórum Democrático. As reuniões, encabeçadas por Paulo Pimenta, visavam contrapor o Fórum Democrático no âmbito do Legislativo.

Além disso, para o protesto da bancada situacionista, a Assembleia Legislativa limitou as plenárias do Fórum Democrático a quatro municípios – e não nos 22 dos COREDES -, o que foi argumentado pelos deputados do PT e PCdoB como manobra para “evitar discussão com a sociedade da questão da matriz tributária” (Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 14.11.2000. *Anais da ALERGS*). Uma síntese da posição da bancada governista foi proferida pelo líder do governo, deputado Ivar Pavan:

A oposição diz sempre que esse é um projeto que aumenta impostos. Pois muito bem! Queremos discuti-lo com a sociedade gaúcha. O Orçamento Participativo discutiu e aprovou o projeto. São 281 mil pessoas que o consideraram bom, mas queremos discuti-lo também nos Coredes e no Fórum Democrático. Parece que há uma necessidade – pelo menos de uma parte da oposição – de fugir do debate, de evitá-lo ou abreviá-lo. E isso é muito ruim. [...]. Talvez seja essa a razão de a oposição abreviar o debate. Quem diria que, dois anos depois de criado o Fórum Democrático, a bancada do governo estaria querendo levar os projetos para o debate, enquanto a oposição tentaria evitar que fossem discutidos no Fórum, particularmente o projeto que a oposição diz ser de aumento de impostos. [...]. Na hora em que a oposição entender adequada, debateremos os dois temas, pois entendemos que orçamento e matriz tributária podem ser discutidos de forma conjunta (Deputado Estadual Ivar Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 16.11.2000. *Anais da ALERGS*).<sup>5</sup>

Se os governistas buscavam associar à oposição a ideia de que esta não estava aberta ao diálogo, ao menos em dois momentos o bloco antagonista procurou fazer o mesmo. Jair Foscarini colocava sob suspeita a ideia de que o Orçamento Participativo havia aprovado a proposta, dizendo que não tinha sido “discutida em nenhuma instância do Orçamento Participativo qualquer modificação na matriz tributária. Era comentado que se queria alterá-la,

---

<sup>5</sup> Assim como Pavan, destacamos a assertiva de Cony, semelhante àquela exposta pelo líder do governo: “O Fórum Democrático serviu muito, inclusive para a discussão em relação à legalidade, ou não, do Orçamento Participativo. Mas agora – aí está a contradição –, quando o governo envia a esta Casa um projeto de reconfiguração da matriz tributária no sentido de que o Estado cumpra o seu papel no desenvolvimento, na cidadania, nos direitos do cidadão e no crescimento econômico e social do nosso Estado, esse fórum não serve mais”. Cf. Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 29.11.2000. *Anais da ALERGS*.

mas jamais se tratou desse assunto ou se votou alguma medida a ela referente” (Deputado Estadual Jair Foscarini (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.11.2000. *Anais da ALERGS*). Alexandre Postal, também do PMDB, provocava a alegação proferida pelos deputados governistas:

Por que o aumento de pedágio não foi discutido no Orçamento Participativo? Por que a Comissão de Finanças e Planejamento não propôs reuniões no interior do Estado para discutir essa matéria, como faz com tanta vontade em relação ao aumento de impostos da malfalada matriz tributária, que estaremos votando nos próximos dias? (Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.11.2000. *Anais da ALERGS*).<sup>6</sup>

Percebe-se a disputa simbólica entre os blocos: eles reivindicavam para si a condição de estarem defendendo o que foi definido por meio da participação popular com os seus projetos, deslegitimando a construção discursiva do adversário, e estando em posição oposta na luta por falar e agir em nome dos profanos. Assim, as bancadas procuraram construir sua legitimação: a oposição questionava o aumento das alíquotas de ICMS, associando a um reajuste de impostos – portanto, a uma visão negativa que abre a possibilidade de perda de capital político. Os governistas, ao usarem o argumento de que a alteração na estrutura do ICMS aumentava determinadas alíquotas e reduzia outras, procuravam renegar a afirmação de que o projeto elevava tributos. Posições defendidas por se respaldarem nas assembleias locais e sobre qual projeto de participação direta havia mais legitimidade.

O projeto foi aprovado sem que ocorresse o adiamento que o situacionismo reclamava para ampliar o debate. A oposição, que presidia internamente a Assembleia Legislativa pelo PMDB, não cedeu à pauta. Mas, as alterações propostas e aprovadas pelos deputados incidiam na rejeição do aumento das alíquotas para os setores previstos nele, mas mantendo a redução onde o governo havia proposto para compensação. Com essas mutações, a variação acabou sendo tão contraproducente para os objetivos do governo que a bancada aliada a Olívio Dutra acabou votando contra o próprio projeto. O Executivo, por sua vez, anunciou que iria vetá-lo (CORREIO DO POVO, 30 de novembro de 2000. Arquivo CP).<sup>7</sup> Assim, a oposição deixou para

---

<sup>6</sup> Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.11.2000. *Anais da ALERGS*. Isso trouxe ironias por agentes do campo político que não eram deputados ou membros do executivo: Percival Puggina, do PPB, zombava ao dizer que “pela primeira vez no mundo, e isso ocorre aqui no Rio Grande do Sul, a vontade popular se move em direção ao aumento de impostos”, secundarizando a posição do governo de que a alteração da Matriz Tributária correspondia a um anseio do Orçamento Participativo. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 16 de setembro de 2000. *Arquivo CP*.

<sup>7</sup> Segundo André Pereira, (2014), 76% dos projetos enviados pelo executivo sofreram algum tipo de alteração só pela bancada da oposição – isto é, sem a participação de nenhuma emenda da situação. Este projeto se insere nesse contexto que evidencia, do ponto de vista quantitativo, que o governo Olívio Dutra teve dificuldades no diálogo com o legislativo rio-grandense.

o Executivo a responsabilidade de vetar as reduções que garantiram ao governo a mobilização de agentes e grupos em favor dela.

Os deputados governistas confrontaram os parlamentares oposicionistas:

Estamos para votar, neste momento, um projeto que não existe mais. O projeto deixou de ser uma reconfiguração da matriz tributária. [...]. Ao lamentarmos a intransigência e a incoerência da oposição, fazemos o alerta para o fato de que este debate não vai parar aqui, pois a sociedade gaúcha não aceitará que não tenhamos conseguido aquilo que o povo debateu e aprovou no Orçamento Participativo, qual seja, a realização das suas obras, dos seus projetos, dos seus investimentos. Desaparecendo o projeto que havia sido construído com toda a seriedade e que, agora, se encontra totalmente desconstituído, restamos apenas reprovar essa demagogia, ilegalidade incoerência e irresponsabilidade que, infelizmente, esta Assembléia Legislativa está demonstrando. (Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 29.11.2000. *Anais da ALERGS*).

Apesar disso, o governo do estado reconheceu que houve avanços na discussão. Olívio Dutra, em seminário, destacava ter levado a questão da Matriz Tributária “para a Assembléia Legislativa, onde, de 55 cadeiras, temos 12. A discussão foi grande e é claro que não passou”. Apesar disso, segundo ele, “já no segundo ano, setores empresariais se mostraram favoráveis a mudanças importantes na estrutura, mas ainda não tivemos maioria para aprová-las na Assembléia Legislativa”, mostrando que a ideia de mobilizar setores havia surtido algum efeito. Ainda que o Legislativo estadual rejeitasse, Olívio Dutra considerava que “no espaço do orçamento participativo elas, no entanto, foram apreciadas, aperfeiçoadas e recomendadas” (DUTRA; BENEVIDES, 2001, p. 50).

Os dois blocos colocaram-se de forma antagônica, ressaltando que, sua respectiva posição em torno da questão tributária, ocorria respaldada pelos projetos de participação popular. Ainda que as posições dos deputados estaduais fossem previamente definidas, questionar aquilo que era dito ter sido construído com a participação popular não era algo a ser adotado pelos parlamentares. Isso só ocorreu porque outro mecanismo de participação direta dava respaldo, contrabalançando o instrumento de pressão que vinha do Executivo com o Orçamento Participativo. E a oposição, ao aprovar o projeto retirando os reajustes que incidiam em um aumento do ICMS e mantendo as reduções que o governo do estado colocou como forma de obter apoio, jogava ao Executivo a responsabilidade de vetar os abatimentos, isentando-se do encargo e do descrédito político. Este ônus seria do governo do estado.

O Executivo viria a discutir em 2001 um projeto que previa alteração nas alíquotas pela terceira vez, com o nome de Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC)<sup>8</sup>, visando aproveitar a fissura na bancada do PMDB. Mas, sem o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático como

---

<sup>8</sup> Sobre as diferenças entre o PIC e os demais projetos de mudança na Matriz Tributária, ver SOARES, 2003. Segundo este autor, p. 133, “O Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC) tinha como diretriz uma balança equilibrada, ou seja, seriam alteradas alíquotas para maior apenas o suficiente para equilibrar o valor das renúncias fiscais por conta dos benefícios propostos”.

instrumentos de pressão, o PIC também foi rejeitado, confirmando que a oposição estava unificada em não aceitar qualquer alteração na estrutura do ICMS.

### **A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**

A criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul era uma promessa de campanha de Olívio Dutra. Visava seguir o exemplo de outras unidades da federação que possuíam instituições de ensino superior mantidas pelos governos regionais. A partir da gestão Olívio Dutra que o debate reacendeu, dividindo-se entre contrários e favoráveis à proposta.<sup>9</sup>

Como forma de defesa do projeto da Universidade Estadual, o Executivo o submeteu às plenárias do Orçamento Participativo, sendo, segundo ele próprio, escolhido como prioridade nas assembleias de 1999 e 2000. Consolidava-se, assim, em razão das “divergências tanto no governo como na sociedade, em relação à conveniência de o estado investir no Ensino Superior, em vista das demandas não resolvidas na educação básica” (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002; CAMINI, 2002)<sup>10</sup>. A discussão do projeto ganhou impulso em 2001, visando inaugura-la no ano seguinte. Para isso, o Executivo suscitou o debate “para legitimar não somente a ideia [da UERGS] como, também, para conseguir o respaldo político da sociedade para pressionar a AL e levar à aprovação do projeto”, totalizando “56 audiências públicas realizadas em escolas, teatros, cinemas, clubes, câmaras de vereadores, anfiteatros, universidades e também na AL”(ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002, p. 94-95). Apesar de muitas declarações do Executivo assinalando para um clima favorável para a aprovação, houve uma disputa pela definição de pontos do projeto. Se a submissão dele atendia, segundo a bancada governista, a uma reivindicação prioritária do Orçamento Participativo, o relator do projeto (Onyx Lorenzoni – PFL) e o presidente da Assembleia Legislativa (Sérgio Zambiasi – PTB) contrapunham a argumentação da situação o submetendo à 22 plenárias do Fórum Democrático. Assim, o parlamento legitimava suas emendas e críticas ao projeto.

Uma destas dizia que o governo não teria ouvido outras instituições de ensino superior, tendo sido secundarizados pelas sugestões acolhidas no Orçamento Participativo.

Depois de ouvir o relato de reitores da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, o presidente da Comissão de Educação da Assembleia, Onyx Lorenzoni, inicia na próxima terça-feira uma série de debates sobre o ensino de 3º grau no RS. Firma a iniciativa numa constatação: nas nove universidades comunitárias e nas três confessionais (Ulbra, Unisinos e PUC), ninguém foi consultado para a elaboração da proposta da universidade estadual, segundo relato que ouviu dos próprios reitores. As 12 instituições de ensino são

---

<sup>9</sup> Sobre a criação da UERGS, v. ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002. Um relato mais amplo sobre a relação da educação pode ser visto em CAMINI, 2002. Além desse relato, v. o estudo de VECHIO, 2010.

<sup>10</sup> Segundo Edson Portilho (PT), “à idéia inicial foram agregados elementos determinantes: vontade política do Governo do Estado em concretizá-la e apoio de milhares de gaúchos e gaúchas, que elegeram a proposta como prioritária nas assembleias populares do Orçamento Participativo”. Deputado Estadual Edson Portilho (PT). Assembleia Legislativa. 20.03.2001. *Anais da ALERGS*.

responsáveis por 160 mil dos 217 mil alunos universitários (ZERO HORA, 12 de março de 2001. *Arquivo MUSECOM.*)

Segundo Lorenzoni, o governo teria ouvido a reivindicação de 350 sem-terra pelo Orçamento Participativo. O deputado criticava o governo estadual por preferir ouvir aqueles que representavam as universidades já existentes em favor dos participantes do Orçamento Participativo, desqualificados na luta simbólica por serem do movimento sem terra:

Na nossa fronteira, na Região da Campanha, está previsto o início das atividades da universidade *multicampi*. E sabem como foi tomada essa decisão pelo nosso atual Governo? Com base numa reunião do Orçamento Participativo ocorrida na cidade de Bagé, à qual compareceram 400 pessoas, das quais 350 eram sem-terra provindos de um acampamento de Hulha Negra. A pergunta é a seguinte: os reitores, que são responsáveis pela educação, preparação e estruturação de um sistema que atende 160 mil alunos, não deveriam ser consultados? Será que não têm nada a dizer ao Governo? (Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 13.03.2001. *Anais da ALERGS*)<sup>11</sup>

Mas, cuidando-se para não tornar a exceção como regra, as críticas ao projeto foram pontuais. A oposição procurou disputa-lo na luta simbólica afirmando que as mudanças eram anseios do Fórum Democrático: emendas que modificavam a pasta à qual a universidade estaria subordinada; que previam a manutenção do crédito educativo e que o indicavam como mais barato do que a Universidade; que obrigavam o governo do estado a manter 35% da receita destinada à educação; que procuravam a ampliação do número de vagas; que empenhava à formação de 22 *campi*, um para cada COREDE e que condicionavam os formados pela UERGS a prestarem serviços comunitários.<sup>12</sup> Alterações pontuais que foram, salvo exceções, acatadas pelo governo do estado. A prova disso foi não só a concordância do governo em fazer remodelações apontadas pela oposição, mas também pela aprovação unânime da proposta em plenário.

Ainda que Executivo e Legislativo tenham utilizado do Fórum Democrático e do Orçamento Participativo no debate da criação da Universidade Estadual, nota-se que não houve a tática de confronto, como na questão da Matriz Tributária e nas votações da peça orçamentária. Considerando que a UERGS era uma *agenda positiva*, a oposição buscou, pelo Fórum Democrático, participar de sua construção, já que uma posição contrária à universidade traria perda do capital político para o bloco antagonista ao governo. A bancada governista, por sua

---

<sup>11</sup> Há de se considerar o fato de o deputado Onyx Lorenzoni ter se colocado francamente contrário ao projeto. Em artigo publicado em um jornal voltado à elite econômica do Rio Grande do Sul, Lorenzoni dizia que a retomada do assunto era a reedição de um equívoco. Apesar disso, acabou viabilizando a votação do projeto na condição de relator. Cf. JORNAL DO COMÉRCIO-RS, 02 de abril de 2001. *Arquivo MUSECOM.*

<sup>12</sup> Nesse sentido, v. as sessões do dia 28 de junho de 2001 na Assembleia Legislativa. Não se desconhece que parte da oposição chegou a articular projetos substitutivos, mas que não foram adiante, como os propostos por Bernardo de Souza (PPS), Giovani Cherini (PDT), Iara Wortmann (PMDB) e pelos COREDES, que alteravam substancialmente o que havia sido proposto pelo governo. A esse respeito, v. ALBUQUERQUE; ROSSATTO, 2002, p. 111-113.

vez, procurou a associação ao Orçamento Participativo para vincular a ideia de que, assim, consolidava-se uma maneira “democrática” de governo, como vinha fazendo. Segundo Cecília Hipólito, “o Orçamento Participativo definiu a Universidade Estadual como prioridade em três regiões e como segunda prioridade em outras oito. A Assembléia Legislativa realizou 22 audiências públicas do Fórum Democrático para discutir o assunto”, referendando o que, de acordo com a deputada, “sempre foi uma bandeira de luta do movimento popular e da esquerda no Estado do Rio Grande do Sul” que “em 1989, a Bancada do PT, aqui na Assembléia Legislativa, tentou incluir na Constituição Estadual dispositivo garantindo a criação dessa Universidade. No entanto, a maioria dos Deputados naquela oportunidade votou contra, barrando a iniciativa” (CORREIO DO POVO, 28 de Junho de 2001. Arquivo CP)

O tom consensual ficou firmado pela aprovação unânime e pelo encerramento da sessão “comemorado com deputados e lideranças do governo, de mãos dadas, cantando o hino rio-grandense em plenário”. Além disso, o trabalho foi realizado em conjunto por Iara Wortmann (PMDB) e Edson Portilho (PT), o que “fez com que aproximássemos interesses do governo e da oposição colocando, acima de tudo, o da população gaúcha” disse o deputado petista. Além disso, há de se considerar que apenas três de 19 emendas ao projeto não foram aprovadas consensualmente no parlamento (CORREIO DO POVO, 28 de junho de 2001. Arquivo CP; ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002). Do dito por Edson Portilho, nota-se a existência de um discurso que não esteve marcado pelo confronto com a bancada da oposição em relação ao projeto. Contudo, não significou a inexistência de uma disputa em torno dele. Ela ocorreu com os deputados sugerindo alterações e alternativas. As críticas pontuais ao projeto por parte da oposição, baseadas nas plenárias do Fórum Democrático, indicam que os deputados antagonistas ao governo optaram por procurar participar da construção da Universidade. E, assim, dividir os “lucros” do capital político que a criação da UERGS trouxe.

A posição conciliatória também foi vista por parte da bancada governista e reconhecida pela oposição. A fala de José Ivo Sartori (PMDB) evidencia isso:

O Fórum Democrático, realizado em todos os cantos do nosso Estado com o intuito de discutir a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, mostrou claramente que deve haver uma outra direção em relação à proposta original – o que ficou evidente também nos debates com as universidades. É bom que se diga que o próprio Governo e a base governista também mudaram de opinião, passando a acatar algumas reivindicações da comunidade apresentadas nessas audiências públicas. (Deputado Estadual José Ivo Sartori (PMDB). Assembleia Legislativa. 30.05.2001. Anais da ALERGS).

Se compararmos com o subcapítulo anterior, houve uma posição bem distinta: em relação à Matriz Tributária, os deputados da oposição aproveitaram ser uma agenda negativa e exploraram o contexto para o governo perder o máximo de capital político possível usando o Fórum Democrático como apoio. Já em relação a uma agenda dita *positiva*, a adesão ocorreu e procurou-se disputar a participação no projeto, como acabou ocorrendo. De todo modo, o fato de a postura ter sido distinta não pode secundarizar o cerne central da pesquisa: ficou explícito

que, das duas formas, os mecanismos de participação popular estiveram presentes no sentido de legitimar simbolicamente as bancadas na disputa discursiva em torno da legitimidade de suas posições em relação aos projetos debatidos.

### **Considerações finais**

Procuramos entender como os agentes profissionais do campo político investidos de mandato parlamentar atuaram no sentido de defender sua legitimidade enquanto mandatários de uma delegação corroborada pelo Estado frente aos procedimentos de participação direta. Assim, consideramos o fato de o Orçamento Participativo gozar de prestígio e reconhecimento, garantindo ao PT capital político e ter motivado, em Porto Alegre, questionamentos do parlamento local em relação à legitimidade da prefeitura sustenta-lo.

Procuramos mostrar que a importância no debate do campo político regional acerca da participação popular ganhava legitimidade e autonomia, a ponto de ela ser utilizada para além da formação da peça orçamentária. Primeiro, o governo procurou mobilizar recursos para alterar o ICMS. Como não tinha maioria legislativa, era a forma para contrabalançar a falta de força política naquele espaço institucional, junto com a exoneração do mesmo imposto em algumas áreas, com apoio de prefeitos que ganhariam um aumento na arrecadação. Porém, o fato de o governo alegar que a alteração do imposto provinha de uma 'demanda popular' provocou os agentes da oposição a mobilizarem o 'seu' mecanismo: o Fórum Democrático. Por meio dele, os agentes da oposição conseguiram legitimar sua posição contrária ao reajuste, alegando também atender a reivindicação popular. Em relação a UERGS, o Fórum Democrático foi a forma onde os agentes da oposição procuraram participar de sua construção e dividir, com os governistas, parte do capital político que o projeto daria.

Notou-se, portanto, que apesar das eleições, e do mandato conferido pelo Estado, para os deputados estaduais atuarem como agentes profissionalizados do campo político, isso não foi suficiente para estes poderem falar e agir em nome dos profanos. A legitimidade conferida aos procedimentos assembleístas obrigava os agentes profissionais do campo político no parlamento a procurarem abrigo por meio de um programa de participação direta. Só assim, na luta simbólica, conseguiam fazer crer que estavam falando em nome dos profanos. Na medida em que oposição e situação administravam programas próprios, ficou claro que os projetos de participação popular ganhavam autoridade, legitimidade e consensualidade no campo político, que agia como vetor de censura: os agentes que criticassem a participação popular corriam o risco de perder capital político. Por isso, as críticas eram direcionadas ao governo e a oposição, e não aos projetos.

Executivo e Legislativo legitimaram-se com o Fórum Democrático e OP falando em nome dos profanos, mas nenhum dos programas e dos polos em luta no campo político garantiu capital simbólico a ponto de um poder conseguir se sobressair sobre o outro.



## Referências

- ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. **UERGS** – uma trajetória vitoriosa. Santa Maria: Biblos, 2002
- AXT, Gunter. Introdução. In: RIBEIRO, Paulo Odone. **Fórum Democrático**: discurso e prática. Porto Alegre: CORAG, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.5 Brasília Jan./Jul. 2011.
- \_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAMINI, Lúcia. A experiência de política de educação pública. In: SOARES, Laura Tavares (org.). **Tempo de desafios**: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires [Arg]: Clacso, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996;
- CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. **Veritas**. V. I, n. I, nov. 1995. Porto Alegre;
- CURTO, Diogo; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel. O poder simbólico e o projecto sociológico de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victória. **Orçamento Participativo e socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- FARIA, Cláudia Feres. **O Estado em movimento**: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia e Política), Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- MACHADO, Nelson. Finanças e tributação. In: BITTAR, Jorge (org). **Governos estaduais**: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 71.
- OFFERLÉ, Michel. **Les partis politiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- PEREIRA, André. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: Edufes, 2014.
- RIBEIRO, Paulo Odone. **Fórum Democrático**: discurso e prática. Porto Alegre: CORAG, 2000.
- SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002, p. 276.
- SOARES, Sebastião. As experiências no campo do desenvolvimento econômico e social. In: BITTAR, Jorge (org). **Governos estaduais**: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

VECHIO, Rafael Augusto. **Universidades e desenvolvimento**: um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Administração), Porto Alegre, UFRGS, 2010.

WACQUANT, Loic. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). **El misterio del ministerio**: Pierre Bourdieu y la política democrática. Barcelona: Gedisa, 2005.

\_\_\_\_\_. Bourdieu e a questão das classes. **Novos Estudos – CEBRAP**. Nº 96, São Paulo, Jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Indicações sobre Pierre Bourdieu y la política democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). **El misterio del ministerio**: Pierre Bourdieu y la política democrática. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 28, grifo do autor.

### **Fontes primárias**

Jornal Correio do Povo. Arquivo Correio do Povo.

Jornal do Comércio. Arquivo Museu Hipólito José da Costa.

Jornal Zero Hora. Arquivo Museu Hipólito José da Costa.

Anais da Assembleia Legislativa. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Artigo recebido em 11/02/2020 e  
aprovado para publicação em 03/05/2020